Formação Superior e Regionalismo

Dr. Eng. Hermínio Duarte-Ramos
Editor de ELECTRICIDADE

Actualmente, a formação de engenheiros electrotécnicos ja não se faz apenas nas duas universidades técnicas tradicionais, uma no Norte do país (FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto) e outra no Sul (IST - Instituto Superior Técnico). Depois da Universidade de Coimbra também se ter expandido para cursos de engenharia, as chamadas universidades novas, criadas em fins 1973 (pouco antes do 25 de Abril), vieram a inovar em perfis da electrotécnica, como a especialização em electrónica na Universidade de Aveiro, sistemas e electrónica industrial na Universidade do Minho ou engenharia electrotécnica na Universidade Nova de Lisboa.

Mas eis que surge o ensino superior privado. Após uns anos em que se esgotaram as possibilidades de expansão nas áreas humanísticas, com cursos de papel e lápis, tipo direito e gestão, as universidades privadas, disseminadas por todo o território continental, enveredaram igualmente pelos domínios da electrotécnica e informática.

Ao mesmo tempo reproduziram-se universidades públicas por diversas cidades do país, como no Algarve, Beira Interior e Trás-os-Montes. A engenharia electrotécnica, sob aspectos mais ou menos modernos, assumiu uma apetência invulgar, aumentando a oferta regional.

Além disso, os Institutos Politécnicos não descuraram os temas electrotécnicos nos respectivos cursos de bacharelato e até de equivalência a licenciatura (os chamados CESE), nas principais cidades com universidades (casos de Lisboa, Coimbra e Porto) e em várias das cidades do interior (exemplos: Viseu, Portalegre, Tomar), ou do litoral (como setúbal e Leiria).

Resulta de todo este desenvolvimento que a oferta local de formação em engenharia electrotécnica é hoje muito grande. Os anúncios publicados nos jornais diários e semanários dão bem uma ideia da quantidade de cursos superiores à disposição dos jovens neste pequeno rectângulo no fim da terra europeia desenhado. Uma imensidade que confunde e desnorteia na escolha.

É claro que as universidades públicas despertam as preferências, porque em princípio dispõem de pessoal docente competente e investem em equipamentos laboratoriais indispensáveis à experimentação na engenharia, de modo dificilmente acompanhável pelas universidades privadas, as quais se orientam mais pelo lucro do que pelo prestígio em investigação científica e tecnológica.

Acontece, porém, que o poder político e social exerce uma influência muito importante na consolidação das universidades públicas nas cidades onde só existe uma dessas instituições. A defesa dos respectivos interesses de funcionamento e crescimento mobiliza todas as forças locais, desde a câmara municipal à igreja e passando por todo o conjunto de empresários e associações, além da participação activa da população se for caso disso.

Por sua vez, em Lisboa, onde existem três universidades públicas e uma míriade de universidades privadas, as forças políticas locais são indiferentes a qualquer progresso das infraestruturas universitárias, as forças sociais da região não se interessam minimamente pelo desenvolvimento das instituições universitárias aí implantadas (salvo raras excepções) e a população vive alheia às preocupação que afligem a sobrevivência e modernização dessas organizações de cultura e saber.

A competição inter-universitária na capital do país torna-se então um facto natural. Esta dinâmica competitiva, sem suporte sociopolítico, não existe nas restantes cidades portuguesas. Cada região esforça-se globalmente para dar vida às actividades programadas pelos respectivos órgãos universitários, pois todos sentem que a existência de uma universidade nessa região representa um sinal de vigor e de prestígio, que eleva o nível societal das suas gentes. Pelo contrário, em Lisboa as universidades têm de contar apenas consigo, num jogo competitivo entre si que não passa pelos apoios naturais das autarquias ou das empresas aí sediadas.

Há, portanto, uma diferença essencial entre as condições de trabalho universitário na capital e no resto do país. Daí que as perspectivas de formação, nomeadamente em engenharia electrotécnica, sejam caracterizadas por valores distintos. A impregnação de critérios comparativos da mesma região estimula a busca da diferença, motiva a pesquisa da excelência, desperta os ânimos individuais para a elevação cultural, dinamiza as relações pedagógicas e científicas.

As dificuldades de sobrevivência autónoma suscitam maior agressividade no mercado. Será este o paradigma mais adequado para a formação de engenheiros electrotécnicos com qualidade? □

Nesta época de mudança retome a publicidade na revista *ELECTRICIDADE*